



Atribuições profissionais em perspectiva: efetivação do projeto ético-político ou reprodução do conservadorismo?

SILVA, Bruno Lopes da¹

SILVA, José Fernando Siqueira da²

RESUMO: Mediante desenvolvimento de pesquisa relativa ao mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, pretende-se identificar quais atribuições profissionais vem sendo desempenhadas por Assistentes Sociais nos seus espaços socio-ocupacionais. Mais do que isso, é premente identificar qual a intencionalidade intrínseca nestas ações. Esta categoria profissional, tem, dentre os princípios de seu Código de Ética Profissional³, valores emancipatórios que materializam o Projeto Ético-Político Profissional. Dentre eles, o princípio da construção de uma nova ordem societária. O trabalho enquanto Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo (CRESS SP), aproxima-nos do cotidiano da/do⁴ Assistente Social, onde se percebe certa imprecisão referente ao que seria a “matéria” do Serviço Social. A partir da aplicação de questionário semiestruturado, pretende-se identificar os fatores que reforçam e os que dificultam o exercício profissional comprometido com o Projeto Ético-Político profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; questão social; “matéria” do Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a intencionalidade de apresentar proposta de pesquisa oriunda de projeto aprovado em processo seletivo para ingresso no programa de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Franca, no ano de 2022.

Enquanto Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo (CRESS SP), pudemos nos aproximar do cotidiano de trabalho da/do Assistente Social.

¹ Assistente Social. Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS SP), Seccionais São José do Rio Preto e Araçatuba. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP de Franca. brunolopesdasilva1903@gmail.com.

² Assistente social. Docente do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca e dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social (UNESP) e Serviço Social e Políticas Sociais (UNIFESP).

³ Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) 273/1993. jose.siqueira-silva@unesp.br.

⁴ Conforme Resolução CFESS 594/2011, adotamos a linguagem de gênero, masculino e feminino na totalidade do projeto. Para além da Resolução, que não especifica o termo que vem antes (masculino ou feminino), adotamos primeiro os pronomes femininos, considerando que a grande maioria de trabalhadoras/trabalhadores no Serviço Social são mulheres.

Nele percebemos certa imprecisão por parte da categoria profissional, em relação à “matéria” do Serviço Social (IAMAMOTO, 2012). Segundo a autora, o conceito: “matéria” do Serviço Social, está relacionado a especificidade do trabalho realizado por esta/este profissional ao lidar diariamente com o atendimento às expressões da questão social.

No intuito de contribuir com a construção do exercício profissional qualificado, em conformidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, pretendemos identificar os fatores que dificultam e os que reforçam a perspectiva de ruptura com o conservadorismo profissional.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho enquanto Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo (CRESS SP), permite a aproximação ao cotidiano de trabalho da/do Assistente Social.

Chamou-nos a atenção o fato de, em grande parte das ações de orientação e fiscalização, a/o Assistente Social não possuir nitidez quanto ao que seria “matéria” do Serviço Social. A compreensão sobre a “matéria” do Serviço Social passa pelo reconhecimento das expressões da questão social. Esta entendida aqui, enquanto formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe ao empresariado e Estado, no qual a caridade e repressão mostram-se insuficientes. São estas expressões da questão social que serão objeto de intervenção da/do profissional de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Quais seriam os fatores que contribuiriam para a pouca compreensão sobre o assunto? As relações de trabalho estabelecidas? A formação profissional? Os dois fatores anteriores? Nenhum deles? Quais outros aspetos influem nessa imprecisão?

Sabemos que num mundo em que imperam as relações sociais de produção capitalistas, a imensa maioria das pessoas dependem do trabalho para sua sobrevivência. Porém, trata-se de uma forma de trabalho estranhada, onde o ser social perde a consciência de seu processo realizado como um todo. (MARX, 2010; LUKÁCS, 2018).

O trabalho concebido enquanto uma forma de atendimento as necessidades vitais humanas, as quais são garantidas mediante a apropriação dos recursos da natureza em favor do ser social, perde seu sentido enquanto possibilidade de emancipação humana (LUKÁCS, 2018).

O trabalho, na forma que se constitui na contemporaneidade, não está voltado para o atendimento das necessidades do ser social, mas sim para o atendimento das relações sociais de produção capitalistas. O ser social, para sobreviver, precisa estabelecer uma forma de trabalho assalariada na qual permite (ou deveria) garantir seu sustento. Neste processo, uma pequena minoria capitalista se beneficia e dita as regras do jogo.

A grande massa, que depende do trabalho para sua sobrevivência, a classe trabalhadora, não percebe tal processo com passividade e reivindica melhores condições de vida e sobrevivência. Não é incomum presenciarmos formas de manifestação social com vistas a atingir tal objetivo⁵. Tal conflito entre capitalistas e trabalhadores (na ampla diversidade que o compõe), não ocorreria se estes últimos não se mobilizassem para reverter o status quo. Afinal, qual seria o interesse da classe dominante em mudar a ordem das coisas? Tal processo é o que foi denominado por Marilda Iamamoto (2014) enquanto: “questão social” e suas refrações.

Os capitalistas, passam a valer-se de estratégias para fazer frente a tal ameaça de mobilização popular. O poder econômico e suas formas repressivas de controle das/dos trabalhadoras/es não se mostram suficientes. Desta forma, a burguesia busca apropriação do poder político através do Estado. O Estado capitalista constitui fator fundamental na mediação de tais conflitos.

Não à toa, a profissão Serviço Social se firma enquanto profissão, de fato, ao ser demandada a trabalhar nas grandes instituições vinculadas ao poder estatal (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). O intuito consistia em estar próximo ao trabalhador, controlar-lhe os movimentos, os comportamentos. Aquele que não se encaixasse no padrão esperado, era considerado fora de uma “normalidade”, a qual precisava ser corrigida, tratada.

A profissão, no Brasil, na sua gênese, sofreu influência significativa do poder estatal, mas também da Igreja Católica que estimulou uma interlocução doutrinária (com inspiração em fragmentos de tradições teóricas conservadoras diversas), de base neotomista, para a atuação profissional. Neste sentido, as Encíclicas Papais oferecem importante arcabouço ideológico ao retirar de cena a centralidade da exploração capitalista e direcioná-la para uma questão subjetivista e pessoal. A/o trabalhadora/r deveriam ser responsabilizadas/os pela sua condição social. A Igreja, então, oferece o conteúdo necessário para a reprodução de valores, para a interiorização de uma moral cristã (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) que defende a paz social centrada na boa convivência entre as classes sociais antagônicas. Embora distinta da concepção liberal clássica, tal orientação sempre foi radicalmente anticomunista e antimarxista, centrando-se na defesa da reforma moral e social que certamente beneficia o status quo e a ordem vigente.

É apenas no denominado Movimento de Reconceituação que atinge a América Latina nos anos 1960 (movimento de perfil latino-americano que floresceu em um momento particular de impacto da ordem do capital nesta parte do continente Americano – e que gerou insatisfações diversas), que se passa a contestar a ideologia desenvolvimentista e as bases

⁵ Vide a conquista recente da Enfermagem com a aprovação do seu piso salarial.

do Serviço Social tradicional (de orientação doutrinária) e clássico (marcado por certa fundamentação teórica como nos trabalhos de Mary Richmond). O discurso desenvolvimentista afirmava que era preciso fazer “crescer o bolo para depois reparti-lo”. Todavia, o que se constatou foi o adensamento da pauta imperialista, com altos índices de exploração da força de trabalho e de concentração de capitais que causaram uma forma de desenvolvimento dependente nos países latinos.

Ruy Mauro Marini (2005), aponta o papel fundamental exercido pelos países latino-americanos para a industrialização dos países centrais. Os produtos, aqui produzidos, na agricultura ou no extrativismo, possibilitaram que os trabalhadores dos países centrais se ocupassem de trabalhos voltados para a produção industrial.

Nas palavras de Marini (2005, p. 21):

A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências do mercado procedentes dos países avançados.

A classe trabalhadora latino-americana, na perspectiva defendida por Marini, não seria, apenas, explorada vendendo sua força de trabalho e sendo a fonte do valor e da produção da mais-valia (nos termos postos nas regiões do capitalismo central), mas, sim, superexplorada: “a economia industrial dependente reproduz (...) a acumulação do capital baseada na superexploração do trabalhador” (MARINI, 2005, p. 21-22). A/o trabalhadora/r assistente social, por sua vez, na sua especificidade, estaria inserido nesse cenário de impacto da ordem do capital nas condições particulares da América Latina, o que lhe impõe a necessidade de lidar com uma realidade marcada por profundas desigualdades e múltiplas refrações da “questão social” (que estruturam a matéria em que atua o Serviço Social). Ao mesmo tempo, a/o trabalhadora/r assistente social é impactado pelas precárias condições objetivas e subjetivas para realizar seu trabalho. Sendo assim, determinar a matéria do Serviço Social exige explicar o contexto particular que impacta a América Latina e seus diversos países (como uma unidade-diversa), bem como as condições para a realização de um trabalho profissional nessa realidade objetivamente posta.

Marx e Engels, na sua época, também abordaram a importância latino-americana para o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, ao relatarem que as descobertas da América e da rota marítima para as Índias Orientais deram novo impulso à manufatura. Passou-se a importar novos produtos, sobretudo ouro e prata, que entrando em circulação, aplicam alterações na posição de classes e um (...) “duro golpe na propriedade feudal da terra e dos trabalhadores (...). Mediante a colonização dos países recém-descobertos, a luta comercial entre as nações ganhou novo alimento e, nessa medida, uma extensão e uma animosidade maiores” (2007, p. 57)

A burguesia procurou expandir seu projeto para os países latino-americanos, no intuito de evitar a ameaça comunista, já materializada com a revolução Russa de 1917. Assim, patrocinaram a criação das primeiras escolas de Serviço Social no continente. A primeira delas foi fundada em 1925, Escola Del Río, no Chile. Porém, a Escola que de fato teve influência significativa na expansão da profissão nos moldes europeus, no continente latino-americano, foi a Escola Emília Matte de Cruchaga, fundada em 1929, neste mesmo país (CASTRO, 2017).

Com características particulares, a expansão da profissão no continente, contou com a influência europeia e norte-americana, de perspectiva conservadora, com vistas a amenizar os impactos das desigualdades sociais na região e banir perspectivas revolucionárias. Foi somente com o Movimento de Reconceituação Latino Americano, animado pelo amplo processo de lutas sociais, pelo debate sobre os caminhos para o desenvolvimento da América Latina nos anos 1960 no embate entre o projeto imperialista liderado pelos EUA, o nacional-desenvolvimentismo e as alternativas de ruptura revolucionária (em que a experiência cubana foi significativa a partir de 1959), que foi possível repensar a tradição conservadora que até então era hegemônica no Serviço Social por toda a região. Essa interlocução progressista contou com um leque heterogêneo de interlocutores conforme destaca Silva (2019, p. 112):

[...] um serviço social comprometido com a realidade particular da América Latina, anti-imperialista, que sofreu influências progressistas diversas – não isentas de problemas e frequentemente ecléticas – a tradição freiriana, aquela oriunda da teologia da libertação; as comprometidas com as lutas contra as opressões de diferentes tipos, articulada pelos diversos grupos de esquerda, armados ou não; movimentos sociais libertários; projetos defensores da redemocratização política latino-americana e de diversos processos de liberação nacional, inserido ou não na tradição marxista mundial e latino-americana, com diferentes apropriações teóricas e suas fontes originais.

Por outro lado, e, neste momento, no Brasil dos anos 1960/1970, a mobilização popular oriunda do processo de expropriação e repressão pelo qual passava a sociedade brasileira, provoca contestações contra a ditadura militar, movimentações estas fortemente reprimidas durante os anos 1960 e retomadas na segunda metade dos anos 1970. É característico deste período, o processo de corrosão da ditadura cívico-militar no Brasil, que culmina com o movimento de abertura democrática (NETTO, 2008).

O Serviço Social participa de tal processo, no que a profissão revê seu papel na sociedade. Contesta-se o desenvolvimentismo e as tradições registradas nos documentos de Araxá e Teresópolis. Era preciso estar ao lado das/dos trabalhadoras/es. O Serviço Social expressou, com suas particularidades, um processo amplo de luta pela redemocratização na América Latina e no Brasil, culminando com profundas alterações no órgão de defesa da categoria (conjunto CFESS-CRESS-ABEPSS-ENESSO) e ampla revisão na formação

profissional (graduação e pós-graduação) e nos documentos que sustentam a atuação profissional.

A profissão, gradativamente, aprofundou sua dimensão ético-política ao defender valores como: a liberdade enquanto valor ético central, o respeito a diversidade, a defesa da cidadania, da democracia, a defesa na qualidade dos serviços ofertados a população, além da construção de uma outra forma de sociedade. Tais propostas materializam-se no Código de Ética de 1993 (evolução do de 1986), em vigência até os dias de hoje (NETTO, 1999).

A discussão sobre o Projeto Ético-Político Profissional, se processa em meados dos anos 1990. Netto considera a existência de projetos individuais que podem se aliar, ou não, a projetos coletivos. Os projetos profissionais seriam projetos coletivos. No caso do Serviço Social, o projeto coletivo profissional se relaciona a outro projeto coletivo: o projeto societário da classe trabalhadora (NETTO, 1999).

Nesta perspectiva crítica, a “matéria do Serviço Social” se destitui do viés conciliador e assume o real enfrentamento às expressões da questão social materializadas nas demandas diárias apresentadas pela população: violência, fome, racismo, LGBTQIA+fobia; dentre tantas outras expressões, características de uma sociabilidade que desumaniza, exclui, mata.

A “matéria do Serviço Social” nesta proposta de trabalho não pode estar descolada desta dimensão ética consubstanciada em valores emancipatórios. Está vinculada a um projeto profissional que por sua vez mira um projeto societário de superação ao capitalismo. Portanto, para entender a “matéria do Serviço Social”, precisamos refletir sobre o Projeto Ético-político do Serviço Social e a percepção da/do próprio profissional sobre ele.

Porém, estes avanços conquistados, que caminham naquilo que Netto (2008) nomeou enquanto perspectiva de Intenção de Ruptura, visam mudanças significativas para o trabalho desenvolvido pela/o profissional e para a qualidade dos serviços ofertados a população. Mas, de fato, tais propostas, têm possibilitado o exercício profissional condizente com tais conquistas?

Considerando a pesquisa de mestrado desenvolvida pelo primeiro autor deste texto, pretende-se, mediante utilização de questionário semiestruturado, de organização e de análise destas informações e de outras fontes, bem como de estudo bibliográfico atualizado, identificar as minúcias do cotidiano do trabalho profissional. A partir disso, analisar sobre qual projeto está pautando o exercício profissional da/do Assistente Social. O objetivo é analisar se o trabalho desenvolvido tem como perspectiva a efetivação do Projeto Ético-Político ou, ao contrário, a reprodução do conservadorismo que marcou a profissão desde sua gênese.

Pretende-se utilizar tal questionário em profissionais lotados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de São José do Rio Preto/SP, já que este serviço da Política Pública de Assistência Social consiste no local de trabalho da maioria das/dos

profissionais de Serviço Social atuantes nesta política. Como sabemos, parte das/dos profissionais é concursada, outra é terceirizada, dificultando a coletivização de demandas por parte da categoria profissional e sua identificação enquanto classe trabalhadora. Por outro lado, ser concursado garante um exercício profissional qualificado, em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional?

Com a pandemia da COVID-19, ocorre um processo de apropriação das tecnologias da informação (TIC's) que exacerbou a informatização das relações de trabalho. Muitas ações têm ocorrido na modalidade remota: por telefone, celular, computador ou por outras formas. Esta modalidade de trabalho se sustenta na precarização, incluindo, aqui, as condições de trabalho da/o assistente social. É importante indagar: qual atenção tem se dado à garantia das condições éticas e técnicas do trabalho, conforme Resolução CFESS 493/2006, sobretudo à garantia do sigilo profissional durante os atendimentos do Serviço Social?

Preende-se, também, analisar de que forma a formação profissional influi no desempenho de tais atribuições profissionais. Há profissionais formadas/os em faculdades públicas, outros/as em unidades privadas, ou mesmo à distância. Qual o impacto da formação no exercício profissional comprometido com o projeto ético-político profissional?

Com o desenvolvimento desta pesquisa, busca-se contribuir com a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social, ressaltando que esta direção social estratégica, aliada aos demais projetos coletivos emancipatórios, é fundamental para o enfrentamento da correlação de forças entre capital e trabalho, em favor deste último.

É preciso demonstrar "no tempo miúdo do trabalho cotidiano" (Yazbek, 2001), nas situações singulares com que nos defrontamos no exercício profissional — situações essas carregadas tanto de dimensões universais, quanto histórico-particulares - a viabilidade do projeto ético-político do Serviço Social, seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmutam em demandas sociais e profissionais. E avançar uma legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional. O desafio maior é, pois, traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2012, p.37).

Consideramos de fundamental importância o trabalho desempenhado por esta categoria profissional ao mediatizar o acesso a recursos essenciais para a sobrevivência das pessoas e para que elas possam, de fato, fazer história.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de querer culpabilizar a/o profissional de Serviço Social, nosso intuito é entender os fatores que influenciam no desenvolvimento do trabalho profissional em consonância ao Projeto Ético-político ou no seu contrário.

Concordamos com Raichelis (2020, p. 12) no sentido de que mais do que “o monopólio das atividades privativas em si mesmas são as respostas profissionais às demandas e requisições” as que de fato importam. É fundamental conhecer o conteúdo e a direção das atividades realizadas por esta/e profissional e que estão relacionadas ao trabalho coletivo com implicação direta na vida da população atendida.

Assistente Social também constitui a classe trabalhadora. Depende da venda de sua força de trabalho para sua sobrevivência e como tal sofre do mesmo processo que atinge esta classe social, sobretudo no Serviço Social, onde a maioria das profissionais são mulheres e sua dupla (tripla) jornada de trabalho, cuidados com filhas/os, companheiras/os, parentes, etc.

No entanto, faz-se necessário realizar mediações (LUKÁCS, 2018), entender na particularidade do cotidiano de trabalho das/dos sujeitas entrevistadas, os fatores que constituem sua singularidade de um cotidiano que aliena, mas ao mesmo tempo, possibilita a reprodução de ações com vistas a pesar a correlação de forças de forma favorável à/ao trabalhadora/r. Não podemos cair no comodismo de culpabilizá-las/los, sem buscar uma mediação que atinja a totalidade da realidade vivenciada pela/o profissional.

Defendemos a importância da defesa do Projeto Ético-Político Profissional, o qual mesmo com as limitações do momento presente, possibilita pensar estratégias para superar a sociedade capitalista e a emancipação social.

Possibilita que nós, possamos vislumbrar, de fato, sermos seres sociais livres!

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**. 8ª edição. Ed. Cortez. São Paulo, 2010.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**, 12ª edição. Ed. Cortez. São Paulo, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.), 2012 (1ª edição ampliada). *Atribuições privativas do/da Assistente Social em questão*. Brasília: CFESS, 2012, p. 33-74. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 06. maio. 2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2014).

LUKÁCS, G. **Para Uma Ontologia do Ser Social I**. 2. ed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

MARX, K. **Manuscrtos Econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. 10. ed. Expressão Popular, 2005.

NETTO, J. P. "A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea". In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília, UNB-CEAD, 1999, pp.91-110.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez Editora, 2008.

RAICHELIS, R. **Atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). *Atribuições privativas do/da Assistente Social em questão*. Vol. 2. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 31. out. 2021.

SILVA, J. F. S. O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil. SOUZA, E. A.; SILVA, M. L. O. (orgs). **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, M. C. "Pobreza e exclusão social: expressões da questão social" **Revista Temporalis** nº 3, ano III, jan.-jun. de 2001, pp.33-40